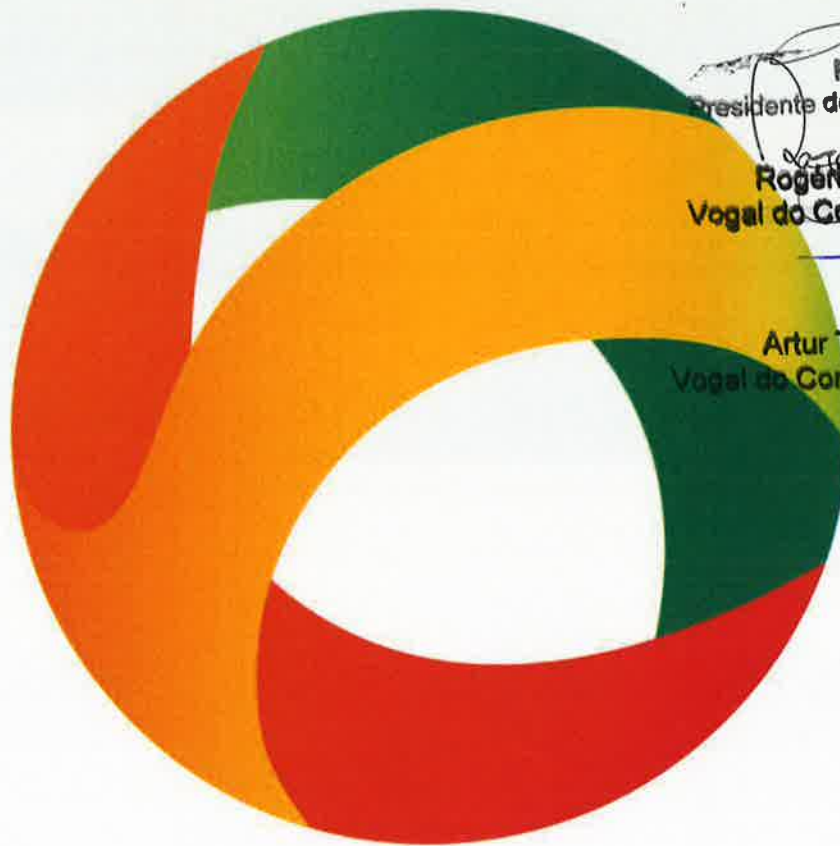


O CA aprova

25.6.14



Henrique Martins
Presidente do Conselho de Administração

Rogério Pereira Rodrigues
Vogal do Conselho de Administração

Artur Trindade Mimoso
Vogal do Conselho de Administração

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2013

RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO
ADOTADAS EM 2013



SPMS
EPE

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde



Índice

I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS	2
II. ESTRUTURA DE CAPITAL.....	3
III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS	4
IV. ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES.....	4
A. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL.....	4
B. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO	4
C. FISCALIZAÇÃO.....	11
D. REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)	11
E. AUDITOR EXTERNO	11
V. ORGANIZAÇÃO INTERNA.....	11
A. ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES	11
B. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS	12
C. REGULAMENTOS E CÓDIGOS	13
D. SÍTIO DE INTERNET.....	17
VI. REMUNERAÇÕES	18
A. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO.....	18
B. COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES	18
C. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES	18
D. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES	18
VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTROS	19
VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL	19
IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	21

I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS

A SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (SPMS), foi criada em 2010 pelo Decreto-Lei nº 19/2010, de 22 de março, como pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e de património próprio, nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, estando sujeita à tutela dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde.

Missão

De acordo com o Decreto-Lei que a criou, a Missão da SPMS consubstancia-se na prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de compras e logística, financeiros e de recursos humanos aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da sua natureza jurídica, bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas da área da saúde. Em 2011, o Decreto-Lei nº 108/2011, de 17 de novembro atribui, também, à SPMS competências no domínio dos sistemas e tecnologias de informação e comunicação.

Objetivos

Os Objetivos Estratégicos que orientaram o Mandato de 2011-2013, conforme descrito no Plano Estratégico, são:

- OE1. Implementar e Promover Serviços Partilhados de Tecnologias de Informação e Comunicação;
- OE2. Desenvolver Serviços Partilhados de Compras;
- OE3. Fornecer outros Serviços Partilhados.

Para o cumprimento dos Objetivos Estratégicos de Mandato 2011-2013, são anualmente definidos um conjunto de Objetivos Operacionais e respetivas atividades a desenvolver conforme descrito em pormenor no Relatório e Contas referente ao ano de 2013.

Políticas da Empresa

A SPMS beneficia do direito exclusivo de exercer a atividade de disponibilização de serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de compras e logística, financeiros, recursos humanos e

tecnologias de informação e comunicação, aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde, nos casos em que estes recorram a uma solução de serviços partilhados para assegurar o exercício daquelas funções.

Por despacho do membro do Governo responsável pela área da saúde, a utilização dos serviços partilhados disponibilizados pela SPMS pode ser determinada, com carácter de generalidade, para a totalidade ou parte dos serviços e instituições do SNS ou dos órgãos e serviços do Ministério da Saúde.

A empresa pode, acessoriamente, exercer quaisquer atividades, complementares ou subsidiárias do seu objeto principal, que não prejudiquem a prossecução do mesmo. De igual modo pode, também, constituir ou participar noutras empresas públicas ou sociedades, mediante autorização conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde.

II. ESTRUTURA DE CAPITAL

Poderes de tutela e função acionista do estado

O capital estatutário da SPMS é de 6 milhões de euros, detido pelo Estado e realizado em numerário.

A tutela económica e financeira é exercida pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde e, sem prejuízo do regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, compreende:

- a) O poder de exercer os poderes de tutela integrativa;
- b) O poder de exigir todas as informações e documentos julgados necessários para acompanhar a atividade da empresa;
- c) O poder de determinar inspeções ou inquéritos ao funcionamento da empresa ou a certos aspetos deste, independentemente da existência de indícios de prática de irregularidades;
- d) O poder de conceder indemnizações compensatórias.

Estão sujeitos a tutela integrativa os seguintes atos:

- a) Aprovar os planos de actividade e contas;
- b) Aprovar os subsídios e indemnizações compensatórias;
- c) Aprovar os orçamentos anuais de exploração, de investimento e financeiros, bem como as respectivas actualizações que impliquem redução de resultados previsionais, acréscimo de despesas de investimento ou de necessidades de financiamento;

- d) Aprovar os documentos relativos à prestação de contas, aplicação de resultados e utilização de reservas;
- e) As dotações para capital e outras verbas a conceder pelo Orçamento do Estado e fundos autónomos;
- f) A realização de aumentos e reduções do capital estatutário;
- g) A constituição ou participação da SPMS, E. P. E., no capital de outras sociedades para a prossecução dos pertinentes objectivos estratégicos;
- h) Os demais actos que, nos termos da legislação aplicável, necessitem de autorização ou aprovação tutelar.

III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

Estatutariamente a SPMS pode constituir ou participar noutras empresa publicas ou sociedades observados os requisitos previstos na lei e mediante autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde. À data de 31 de dezembro de 2013 a SPMS não participava no capital de outras empresas.

IV. ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Não aplicável.

B. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

O Modelo de Governo da SPMS cumpre as regras de segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, cujas identidades, responsabilidades específicas, remunerações e demais benefícios encontram-se divulgados publicamente.

Com efeito, de acordo com o Capítulo II do Decreto-Lei nº 19/2010, de 22 de março, os órgãos sociais da SPMS são compostos por um Conselho de Administração e um Fiscal Único.

O Conselho de Administração é composto por três membros, um presidente e dois vogais, nomeados por Resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde.

O mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de três anos, sendo renovável por iguais períodos, permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efetiva substituição.

O Conselho de Administração (CA) da SPMS foi nomeado através de Resolução do Conselho de Ministros em agosto de 2011 (Resolução de Conselho de Ministros nº 15/2011, de 24 de agosto), tendo a Resolução do Conselho de Ministros nº 10/2013, 11 de abril de 2013, nomeado o Presidente do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração à data de 31 de dezembro de 2013 da SPMS são:

Presidente: Henrique Manuel Gil Martins

Vogal (1): Carla Sofia Baptista Reis Santos

Vogal (2): Sara Lourenço Fernandes Duarte

Compete ao Conselho de Administração, para além do exercício de todos os poderes de gestão que não estejam reservados a outros órgãos, desenvolver as funções enquadradas no artigo 8º do Decreto-Lei nº 19/2010, de 22 de março e respetivo anexo, na sua atual redação.

Mandato	Cargo	Nome	Designação legal da atual nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade
-	Presidente Vice-Presidente Secretário	Mesa da Assembleia Geral Não aplicável	-	-
Conselho de Administração				
Abril-Dezembro 2013	Presidente Vogal (1) Vogal (2)	Professor Henrique Gil Martins Dra. Carla Sofia Baptista Reis Santos Dra. Sara Lourenço Fernandes Duarte	RCM nº10/2013 de 11.04	0
Conselho de Administração				
2011/2013	Presidente Vogal (1) Vogal (2)	Dr. Raul José Fonseca Mascarenhas Dra. Carla Sofia Baptista Reis Santos Dra. Sara Lourenço Fernandes Duarte	RCM n.º 15/2011 de 24.08	1

Fiscal Único*				
2011/2013	Efetivo Suplente	KPMG & Associados-SROC, S.A"., representada por Dr. João Paulo da Silva Pratas Dr. João Albino Cordeiro Augusto	Despacho nº 295/SETF/2012	1

Num primeiro Despacho foi fixada a remuneração mensal ilíquida equivalente a 25% do vencimento base mensal do presidente do CA. Este Despacho foi posteriormente retificado, sendo atribuída ao Fiscal Único uma remuneração ilíquida equivalente a 22,5% do vencimento mensal do presidente do CA.

Presidente CA – HENRIQUE MANUEL GIL MARTINS
Data de Nascimento: 24/09/1976

Habilitações Académicas:

- Licenciatura em Medicina, Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa (2000);
- Pós-Graduação em "Gestão de Unidades de Saúde", Católica Lisbon School of Business and Economics – Universidade Católica Portuguesa (2002);
- Internato Geral, Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca (2002);
- Mestrado – MPhil in Management Studies – tese: "Management Education for Medical Students: Perspectives from the UK and Portugal". Judge Business School, University of Cambridge (2003);
- Doutoramento – PhD in Management Studies, tese: "The use of Mobile Information Communication Technology in Clinical Settings", Judge Business School, University of Cambridge;
- Mestrado – Master en HIV/SIDA) tese: "Late presenters, unnoticed presenters and unsuspecting presenters: health and economic impacts of anticipated HIV diagnosis". Faculdade de Medicina da Universidade de Barcelona (2009)
- Grau de Especialista em Medicina Interna; Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca (2011)

Atividade Profissional:

- Médico estagiário do Internato Geral no Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca (HFF) de janeiro de 2001 a setembro de 2002.

- Médico estagiário do Internato Complementar de Medicina Interna de junho 2005 a março de 2011.
- Trabalhou como médico no Centro de Bem-Estar Social de Queluz de 2006 a abril 2013 e como médico especialista de Medicina Interna desde abril 2011 até abril 2013 no HFF.
- É Professor Auxiliar Convidado na Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade da Beira Interior, onde criou em 2005, e leciona atualmente, a primeira formação obrigatória em “Lide-rança e Gestão da Saúde” para estudantes de medicina (2005 -à data).
- Trabalha como Professor Convidado na Católica Lisbon School of Business and Economics – Universidade Católica Portuguesa, onde coordena desde 2007 os programas de executivos na área da Saúde (2007 -à data).
- Foi coordenador da informação clínica no Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca de 2009 a 2013 tendo sido o fundador e coordenador do Centro de Investigação e Criatividade em Infor-mática (www.ci2.pt) do HFF (2009 – 2013).
- Indigitado como coordenador da Comissão para a Informatização Clínica do Ministério da Saú-de por despacho do Senhor Secretário de Estado da Saúde (2011 – 2013).
- É coordenador nacional do projeto epSOS e representante Nacional para eHealth Network (2012 -à data).

Vogal do CA – CARLA SOFIA BAPTISTA REIS SANTOS

Data de Nascimento: 13/08/1969

Habilitações Académicas

- Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1992.
- Pós-Graduação em Estudos Europeus, conferida pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1995.

Atividade Profissional

- De 15 de janeiro de 2010 até 15 de agosto de 2011: mobilidade por interesse público na Inspeção-Geral das Atividades Culturais, tendo sido nomeada diretora de serviços Jurídicos e de Contencioso, com efeitos a partir de 9 de fevereiro de 2010.
- De 26 de junho de 2006 até 14 de janeiro de 2010: Subdiretora-geral do Instituto Geográfico Português, tendo à sua responsabilidade a Direção de Serviços de Recursos Internos (que inclui a

Divisão de Gestão de Recursos Humanos, a Divisão de Gestão de Recursos Financeiros, a Divisão de Gestão Logística e Patrimonial e a Divisão de Gestão de Recursos Informáticos) e da Direcção de Serviços de Planeamento e Regulação (que inclui a Divisão de Planeamento, Coordenação e Apoio e a Divisão de Regulação, Fiscalização e Acreditação).

- De 07 de fevereiro de 2006 até 25 de junho de 2006: Diretora de serviços de Monitorização Ambiental da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), compreendendo a Divisão de Monitorização Ambiental e a Divisão de Laboratórios.
- De 13 de dezembro de 2004 até 06 de fevereiro de 2006: Vice-presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, tendo à sua responsabilidade o Gabinete Jurídico e de Auditoria e a Direcção de Serviços de Recursos Humanos e Financeiros, a qual abrangia a Divisão de Organização e Recursos Humanos, a Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, a Secção de Orçamento e Contabilidade, a Secção de Económico e Património, a Secção de Pessoal e a Secção de Expediente e Arquivo.
- De 24 de abril de 2003 a 16 de julho de 2004 e de 17 de julho de 2004 a 12 de dezembro de 2004: Assessora, equiparada a adjunta, do Ministro da Administração Interna dos XV e XVI Governos Constitucionais, requisitada à Inspeção-Geral de Finanças, com efeitos a 24 de abril de 2003 e 17 de julho de 2004, respetivamente. Nesse âmbito, exerceu funções junto do Comando da Guarda Nacional Republicana.
- De março de 1996 a abril de 2003: Inspetora de Finanças do quadro da Inspeção-Geral de Finanças, nomeada definitivamente em 14 de julho de 1997, após conclusão com aproveitamento do respetivo estágio probatório iniciado em 20 de março de 1996. Desenvolveu atividade na Área do Controlo da Gestão Pública (ex-Inspeção de Serviços Públicos), participando na realização de trabalhos de diversa tipologia em organismos públicos, visando o controlo nos domínios orçamental, económico, financeiro e patrimonial, de acordo com os princípios da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira. Dos trabalhos realizados, destaca-se a auditoria temática sobre o consumo de medicamentos nos hospitais e a auditoria à Intervenção Operacional da Saúde.
- De outubro de 1992 a março de 1996: Advogada. Consultora da Fundação Luís António Verney.

Vogal do CA – SARA LOURENÇO FERNANDES DUARTE

Data de Nascimento: 17/08/1975

Habilitações Académicas

- Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2000.



- Curso de Direito da Função Pública, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2001.
- Pós-graduação de especialização em Direito da Bioética, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2002.
- Curso sobre a Reforma do Contencioso Administrativo, pelo Instituto de Ciências Jurídico -Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2003.
- Pós-graduação de especialização em Ciências Jurídico -Administrativas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2003.
- Pós-graduação de especialização em Contencioso Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em 2004.
- Curso pós-graduado em Direito dos Contratos Públicos, pelo Instituto de Ciências Jurídico -Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2007.

Atividade Profissional

- Consultora jurídica, nas seguintes áreas de atuação: direito da saúde e da bioética; direito administrativo; direito da função pública; direito farmacêutico e contratação pública, entre 2000 e 2008.
- Advogada estagiária da sociedade Madeira de Brito, Sá e Cunha, Parente Esteves e Filipa Névoa Associados (2000-2001) e da sociedade de advogados Barrocas e Alves Pereira (2001-2002).
- Advogada associada da sociedade Barrocas Sarmiento Neves, RL, entre 2003 e 2008;
- Assessora jurídica do Departamento de Conservação de Edifícios e Obras Diversas da Câmara Municipal de Lisboa, entre 2002 e 2004.
- Formadora do Centro de Estudos de Formação Autárquica, nas disciplinas de Organização do Estado e da Administração e de Procedimento Administrativo e Defesa dos Administrados, entre 2002 e 2005.
- Assessora jurídica do conselho de administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., desde Novembro de 2008.
- Diretora do Serviço de Gestão de Compras do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., desde Fevereiro de 2009.
- Administradora do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E, desde 1 de Fevereiro 2010; Docente na Universidade Atlântica, na disciplina de Direito da Saúde, desde 2008.



Organograma

A organização da SPMS (organograma infra) está orientada para a prestação de serviços operacionais específicos da área da saúde em matéria de Tecnologias de Informação, Compras Transversais e Compras de Bens de Saúde, que estão organizados por linhas de prestação de serviço.

Os serviços corporativos apoiam o Conselho de Administração na gestão, controlo e supervisão dos vários serviços prestados.

Os serviços internos fornecem serviços de suporte a toda a estrutura organizativa da SPMS.



Organograma homologado pelo Secretário de Estado da Saúde a 13/12/2013.

Legenda:

ICE – Inovação, Conhecimento e eSaúde; **LS** - Licenciamento e Suporte; **CIPS** - Comunicações, Infraestruturas, Produção e Segurança; **LSPDC** – Linha de Serviço de Prescrições, Dispensa e Conferência; **LSRCBI** - Linha de Serviço de Registos Centrais e BI; **LSSIF** – Linha de Serviço de Sistemas de Informação Financeira; **PSIGC** - Planeamento do Sistema de Informação e Gestão de Clientes; **LSRLT** – Linha de Serviços de Registos Locais e Transversais; **APOR** - Acompanhamento de Projetos e Otimização de Recursos; **UCT** – Unidade de Compras Transversais; **CCS** -Central de Compras da Saúde

Cumprе realçar que o presente Relatório e Contas, refere-se às atividades e estruturas orgânicas da SPMS à data de 31 de dezembro de 2013. Na atualidade, a SPMS tem uma estrutura diferente.

C. FISCALIZAÇÃO

Estatutariamente a fiscalização da SPMS é exercida por um fiscal único.

Pelo Despacho n.º 295/SETF/2012, de 7 de março, com efeitos a 1 de setembro de 2011 e para o mandato 2011-2013, foi nomeada a “KPMG & Associados SROC,S.A.”, representada pelo Dr. João Paulo da Silva Pratas, como efetivo, e pelo Dr. João Albino Cordeiro Augusto, como suplente.

Acresce que em 19 de janeiro de 2013, através do Despacho n.º 73/SET/2013, é alterada a data de produção de efeitos daquele despacho para 1 de março de 2011.

A remuneração do Fiscal Único, num primeiro Despacho foi fixada a remuneração mensal ilíquida equivalente a 25% do vencimento base mensal do presidente do CA da SPMS. Este Despacho foi posteriormente retificado, sendo atribuída ao Fiscal Único uma remuneração ilíquida equivalente a 22,5% do vencimento mensal do presidente do CA da SPMS.

Euros	
	2013
Remuneração anual auferida	14.262,60
Remuneração anual efetiva	14.262,60

D. REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)

A função de revisor oficial de contas é levada a efeito pela sociedade “KPMG & Associados SROC,S.A.”, inscrita sob o N.º 189 na lista da da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e inscrita na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários N.º 9093.

E. AUDITOR EXTERNO

Não aplicável.

V. ORGANIZAÇÃO INTERNA

A. ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES

Os estatutos da SPMS foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 19 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro.

As irregularidades ocorridas na empresa são avaliadas em Conselho de Administração, que decide quais os processos a instaurar e comunicados a fazer, se for caso disso. Acresce que aquele órgão, não tomou conhecimento de irregularidades no ano de 2013.

B. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

A metodologia utilizada na definição do risco, no levantamento das áreas de responsabilidade e processos críticos, bem como, no cruzamento dos conjuntos de actividades com os potenciais riscos de corrupção e infracções conexas, resulta de uma reflexão e consensualização interna, sendo utilizado como Guião referencial, conforme orientação da CPC, o Questionário sobre a avaliação da gestão de riscos (cf. Ponto 1.3 da Recomendação da CPC, de 1 de Julho de 2009).

Nos termos do enquadramento decorrente do trabalho citado, os riscos devem ser classificados segundo uma escala de *risco elevado* (E), *risco moderado* (M) e *risco fraco* (F), em função do grau de probabilidade de ocorrência e da gravidade das suas consequências. Tal probabilidade é aferida pela caracterização e especificidades funcionais de cada uma das competências ou funções de cada área de responsabilidade.

De salientar que, a classificação a propósito dos riscos assente na probabilidade de ocorrência *em abstracto* de situações passíveis de serem consideradas infracções, criminais e disciplinares, associadas à corrupção, dada a natureza das actividades desenvolvidas, e não na detecção, passada ou presente, no serviço, de casos susceptíveis de serem qualificados como casos de corrupção ou de infracções conexas.

Áreas de risco e medidas preventivas

Em linha com a metodologia exposta e neste contexto, foram sinalizadas na SPMS, as seguintes áreas de risco:

- a) Contratação Pública
- b) Recursos Humanos
- c) Gestão Financeira

As medidas preventivas indicadas, por cada área de responsabilidade, integram, de forma meramente exemplificativa, medidas existentes e a adoptar, tendo em conta as funções e o grau de risco inerente, conforme quadros com o detalhe da análise desenvolvida, descrito em pormenor no Relatório e Contas de 2013.

C. REGULAMENTOS E CÓDIGOS

Desde a sua criação e definição das respetivas atribuições, o desenvolvimento diário das atividades da SPMS rege-se por um conjunto de regulamentos internos e externos; os elementos abaixo apresentados que contenham a expressão SPMS-NET encontram-se disponíveis no sítio da internet.

● INTERNOS:

- **Regulamento do Conselho de Administração:** estabelece as regras aplicáveis ao funcionamento do Conselho de Administração da SPMS nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 10º do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março; SPMS-NET
- **Delegação de competências do Conselho de Administração:** delega competências dos membros do Conselho de Administração; SPMS-NET
- **Regulamento Interno:** estabelece a estrutura orgânica e as competências dos serviços; SPMS-NET
- **Código de Ética:** determina os princípios e valores genéricos que regem a atuação da SPMS nas relações com os seus *stakeholders*, bem como as normas de ética profissional a observar por todos os seus trabalhadores; SPMS-NET
- **Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas:** identifica as áreas de risco e respetivas medidas preventivas, no que concerne à corrupção e infrações conexas; SPMS-NET
- **Guia de Comunicação e Imagem:** identifica procedimentos de comunicação interna e externa de forma a garantir uma imagem institucional forte e coesa; SPMS-NET
- **Procedimentos Financeiros:** determina, no modelo de internalização da contabilidade, o funcionamento interno dos serviços financeiros da SPMS assim como a sua ligação aos restantes serviços e entidades externas; SPMS-NET
- **Procedimentos Compras:** Determina os procedimentos internos de aquisição nas áreas de Compras e de Contratos Públicos de Aprovisionamento.
- **Comunicações Móveis:** define as regras de atribuição de equipamento de comunicações móveis de voz e ou de dados.
- **Circular Informativa n.º 1/2012:** informa os procedimentos necessários a seguir por todos os serviços e organismos do Ministério da Saúde e instituições do SNS em matéria de aquisições e utilização de tecnologias de informação na Saúde.

- **Circular Informativa n.º 2/2012:** faz um ponto de situação em matéria de aquisições e utilização de tecnologias de informação na Saúde desde a entrada em vigor do Despacho n.º 1760/2012, de 7 de fevereiro.
- **Circular Informativa n.º 3/2012:** informa os procedimentos e prazo de execução de alterações de infraestrutura na Rede Informática da Saúde (RIS) como referencia para todas as entidades e organismos do Ministério da Saúde ligadas à RIS.
- **Circular Informativa n.º 4/2012:** informa sobre a morada e restantes contactos da sede da SPMS, EPE.
- **Circular Informativa n.º 5/2012:** informa sobre as especificações do Quadro 3- Mapa de Fundos Disponíveis e Quadro 4 – Mapa de Pagamentos em Atraso da Direcção-Geral do Orçamento.
- **Circular Informativa n.º 6/2012:** solicita aos organismos do Ministério da Saúde a divulgação das especificações (externas) ao fornecedor do Sistema de Informação de Contabilidade e Gestão Financeira relativas aos Quadro 3 - Mapa de Fundos Disponíveis e Quadro 4 – Mapa de Pagamentos em Atraso da Direcção-Geral do Orçamento.
- **Circular Informativa n.º 7/2012:** informa sobre as normas e procedimentos respeitantes à centralização de aquisições na área das TIC.
- **Circular Informativa n.º 8/2012:** informa sobre os procedimentos de pedido de parecer prévio à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação.
- **Circular Informativa n.º 9/2012:** informa as entidades de saúde, ligadas à Rede Informática da Saúde (RIS), sobre os critérios e procedimentos para anulação de circuitos de dados.
- **Circular Informativa n.º 10/2012:** informa as entidades do Ministério da Saúde sobre o Mapa de contratos celebrados, o qual contém a lista de fornecedores habilitados a prestarem serviços médicos às entidades do Ministério da Saúde, de acordo com o distrito e especialidade.
- **Circular Informativa n.º 11/2012:** informa sobre a negociação centralizada para 2013 das condições aplicáveis à contratação dos serviços de manutenção de hardware e software.
- **Circular Informativa n.º 12/2012:** informa sobre a publicação em Diário da República (DR II série, nº223) da Deliberação nº1669/2012, atinente aos preços a praticar relativamente a blocos de receitas e vinhetas de médicos e locais de prestação.



- **Circular Informativa n.º 01/2013:** informa sobre os procedimentos e mecanismos de monitorização dos medicamentos dispensados em ambulatório hospitalar.
- **Circular Informativa n.º 02/2013:** informa sobre a metodologia para pedidos de dispensa de obrigatoriedade de aquisições através de Contratos Públicos de Aprovisionamento.
- **Circular Informativa n.º 03/2013:** esclarece as instituições que, até celebração de novos contratos públicos de aprovisionamento, devem ser desenvolvidos procedimentos de acordo com as regras do Código dos Contratos Públicos e através de Plataformas Eletrónicas.
- **Circular Informativa n.º 04/2013:** informa sobre as intervenções informáticas na área infraestrutural ou aplicacional.
- **Circular Informativa n.º 05/2013:** informa sobre a mudança de gerador e QGBT no Datacenter do Porto.
- **Circular Informativa n.º 06/2013:** informa sobre a alteração da empresa prestadora de serviços de recolha e incineração de contentores no âmbito do programa de troca de seringas para a prevenção do vírus VIH/SIDA.
- **Circular Informativa n.º 07/2013:** informa sobre as exigências formais emergentes da aplicação da Portaria nº85/2013, de 27 de fevereiro relativas à publicação no Portal BaseGov – Portal dos Contratos Públicos - de todos os contratos celebrados e sua execução.
- **Circular Informativa Conjunta da SPMS e da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde (SG):** informa sobre os procedimentos de aquisição centralizada a desenvolver pela SPMS e pela SG no âmbito das suas atribuições enquanto Unidades Ministeriais de Compras (UMC).

🔗 **Externos:**

- **Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março:** criação da SPMS como pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, com alterações introduzidas pelo **Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro**.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2007, de 7 de maio:** define a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de abril:** define as orientações estratégicas do Estado destinadas ao setor empresarial do Estado.

- **Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março:** aprova o Estatuto do Gestor Público, com alterações introduzidas pelo **Decreto-Lei n.º 8/2012 de 18 de janeiro**.
- **Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro:** aprova o regime da responsabilidade civil extracontratual do Estado e demais entidades públicas.
- **Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e legislação complementar:** aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo. Foi alterado pelo **Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro**, pela **Lei n.º 3/2010, de 27 de abril** e pelo **Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho**.
- **Despacho n.º 14277/2008, de 8 de maio:** estabelece as condições concretas da prestação de informação das empresas públicas não financeiras à Inspeção-geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças.
- **Resolução de Conselho de Ministros n.º 46/2011, de 14 de novembro:** constitui o Grupo de Projeto para as Tecnologias de Informação e Comunicação (GPTIC) cuja missão é delinear e implementar uma estratégia global de racionalização das TIC na Administração Pública, com vista à melhoria da eficiência e à redução de custos.
- **Resolução de Conselho de Ministros n.º 12/2012, de 7 de fevereiro:** a) aprova as linhas gerais do Plano Global Estratégico de racionalização e redução de custos com as TIC na AP apresentado pelo GPTIC; b) determina que em cada Ministério deve ser identificado um organismo responsável pela coordenação da área das TIC e respetivo interlocutor.
- **Despacho n.º 1760/2012, de 7 de fevereiro:** fixa alguns procedimentos tendo em vista a coordenação em matéria de aquisição e utilização de tecnologias de informação na saúde, por parte da SPMS.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro:** aprova os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos.
- **Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro:** aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.
- **Despacho n.º 3591/2012, de 12 de março:** designa a SPMS como organismo do Ministério da Saúde responsável pela Coordenação da área das TIC.



- **Decreto-Lei n.º 107/2012, de 18 de maio:** regula o dever de informação dos órgãos e serviços da administração direta e indireta do Estado e setor empresarial relativos à aquisição de bens e à prestação de serviços no domínio das tecnologias de informação e comunicação cujo valor contratual seja igual ou superior a 10 mil euros.
- **Portaria n.º 85/2013, de 27 de fevereiro:** determina a publicitação de todos os contratos celebrados pelas entidades públicas e respetiva execução, explicitando quais os dados referentes à contratação pública que obrigatoriamente devem ser reportados no Portal BaseGov (Dados.Gov.pt).
- **Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro:** estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas.

D. SÍTIO DE INTERNET

São publicadas no sítio da internet da SPMS (<http://spms.min-saude.pt/>) informações institucionais tais como a Missão, Organograma, Órgãos Sociais, responsabilidades do Conselho de Administração e remuneração dos Órgãos Sociais bem como notícias relacionadas com a atividade da empresa.

Informação a constar no Sítio de Internet da Empresa	Divulgação		
	S	N	N.A.
Existência de Sítio da internet	X		
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X		
Organograma	X		
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:			
Identifica dos órgãos sociais	X		
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X		
Identificação de comissões existentes na sociedade			X
Identificar sistemas de controlo de riscos	X		
Remuneração dos órgãos sociais	X		
Regulamentos Internos e Externos	X		
Transações fora das condições de mercado			X
Transações relevantes com entidades relacionadas	X		
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X		
Código de Ética	X		
Relatório e Contas	X		
Provedor do cliente			X

Legenda: S – Satisfaz; N – Não Satisfaz; N.A. – Não Aplicável

VI. REMUNERAÇÕES

A. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é regulada pelo Estatuto do Gestor Público publicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro (que dá nova redação ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 28 de março) conjugado com a RCM 16/2012, de 14 de fevereiro, tendo sido atribuída a esta empresa a classificação correspondente ao nível C que equivale aos valores seguintes:

Euros			
	Remunerações		
	Vencimento mensal	Despesas de Representação	Total
a) Presidente			
Ilíquidos	4.578,19	1.831,28	6.409,47
Líquidos (*)	3.914,35	1.648,15	5.562,50
b) Vogais			
Ilíquidos	3.662,55	1.465,02	5.127,57
Líquidos (*)	3.131,48	1.318,52	4.450,00

(*) Aplicação da redução dos 5% para Gestores Públicos, de acordo com o artigo 11º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho e as respetivas reduções de acordo com o artigo 33º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro - OE 2014

B. COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

Não aplicável.

C. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é regulada pelo Estatuto do Gestor Público publicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro (que dá nova redação ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 28 de março) conjugado com a RCM 16/2012, de 14 de fevereiro.

D. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

O montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos Órgãos Sociais é divulgado no sítio institucional da SPMS através dos documentos de gestão aí publicados.

VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTROS

Em 2013 as transações mais relevantes foram as seguintes:

- Contratos de Serviços Partilhados em Compras e Logística, Contabilidade e Gestão Financeira, Recursos Humanos, Sistemas de Informação, Gestão e Planeamento, Informática e/ou Apoio à Gestão com a Administração Regional de Saúde do Centro, ACSS, Administração Regional de Saúde Lisboa e Vale do Tejo, Administração Regional de Saúde do Norte e INSA e Unidade Local de Saúde do Alto Minho.
- Na sequência do Decreto-Lei n.º 108/2011, a SPMS passou a ser a entidade responsável pelo desenvolvimento, manutenção e operação de vários sistemas integrados de informação na área do sector da saúde implicando, em consequência, a alteração de atribuições da ACSS. A ACSS, na senda da alteração introduzida mantém a missão de prover o Serviço Nacional de Saúde com os adequados sistemas de informação e comunicação, recorrendo para o efeito à SPMS. Neste contexto, foi celebrado um contrato-programa com a definição dos objetivos para a prestação de serviços por parte da SPMS relativos a sistemas de informação e comunicação e mecanismos de racionalização de compras.

Lista de fornecedores da SPMS que representam mais de 5% da rubrica Fornecimentos e Serviços Externos que integra a Demonstrações dos Resultados por Naturezas:

Fornecedor	Montante
Prológica – Sistemas Informáticas S.A.	10.813.069 €
Onitelecom Comunicações, S.A.	7.144.470 €
Normática – Serviços de Informática e organização S.A.	3.040.788 €
Alert Life Sciences Computing, S.A.	1.826.597 €

VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL

Sustentabilidade Económica

A reforma do Serviço Nacional de Saúde (SNS), cujo foco é acrescentar valor para o cidadão tendo por objetivo conseguir bons resultados de forma eficiente e mais equitativa, prevê a adoção de serviços partilhados na área da saúde com a visão da promoção de eficácia e eficiência em organizações dos setores público e privado, permitindo não só elevadas poupanças, criação de sinergias e aumento de produtividade, como também benefícios ao nível da qualidade do serviço prestado e da qualidade e celeridade da informação de gestão produzida.

Neste âmbito, foi criada pelo Decreto-Lei nº 19/2010, de 22 de março, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 108/2011, de 17 de novembro, a SPMS com atribuições na prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde em matéria de compras e logística, financeiros, recursos humanos e tecnologias de informação e comunicação aos estabelecimentos e serviços do SNS, órgão e serviços do Ministério da Saúde e quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas da área da saúde.

No que respeita aos Acordos Quadro, têm sido adotadas medidas que permitam a racionalização da despesa pública e a obtenção de poupanças.

Sustentabilidade Social

Na atuação da SPMS será sempre promovida a não discriminação, designadamente, em função do género, da nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social, capacidade física ou orientação sexual, tendo em vista a igualdade de tratamento e de oportunidades e uma atuação justa e imparcial.

A SPMS desenvolveu um Plano de Formação interna e externa, de modo a proporcionar aos colaboradores um investimento na valorização profissional.

No final de 2013, foi criado um projeto de Responsabilidade Social da SPMS que surgiu de forma espontânea por um grupo de colaboradores desta entidade e que mereceu o maior apoio do Conselho de Administração. A lista de atividades a desenvolver foi construída com base nas sugestões dos colaboradores da SPMS no âmbito do desafio lançado pelo Conselho de Administração, em janeiro de 2013, relativamente a ações nas áreas de Contribuição Social e de Bem-estar interno.

Sustentabilidade Ambiental

Neste âmbito, a SPMS aposta no desenvolvimento de medidas que sensibilizem e alarguem a todos os profissionais, a noção de responsabilidade e práticas implementadas desde a área resíduos sólidos com vista à sua reciclagem, ao consumo de energia, aos transportes públicos, plano de emergência e segurança, com vista à redução de riscos.



IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
	SIM	Não	SIM	NÃO		
I Missão, Objetivos e Políticas						
1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		2	
2. Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X			X		
3. Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida.	X			X		
4. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X			X		
II Estrutura de Capital						
1. Estrutura de capital	X			X		
2. Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.						N.A.
3. Acordos parassociais.						
III Participações Sociais e Obrigações detidas						
1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.						N.A.
2. A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.						N.A.
3. A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.						N.A.
4. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.						N.A.
5. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.						N.A.
6. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	X		X		14	

**SPMS**^{EPE}

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
IV	Órgãos Sociais e Comissões						
A.	Mesa da Assembleia Geral						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.						N.A.
2.	Identificação das deliberações acionistas.						N.A.
B.	Administração e Supervisão						
1.	Modelo de governo adotado	X		X		4	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		4	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		5	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		5	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		5	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.						N.A.
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		10	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X			X		
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.						N.A.
C.	Fiscalização						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.	X		X		11	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X		11	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.		X		X		
4.	Funcionamento da fiscalização.		X		X		
D.	Revisor Oficial de Contas						
1.	Identificação do ROC, SROC.	X					
2.	Indicação das limitações, legais.						N.A.



Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.						N.A.
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.						N.A.
E.	Auditor Externo						
1.	Identificação.						N.A.
2.	Política e periodicidade da rotação.						N.A.
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.						N.A.
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.						N.A.
V.	Organização Interna						
A.	Estatutos e Comunicações						
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X			X		
2.	Comunicação de irregularidades.	X			X		
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		12	
B.	Controlo interno e gestão de riscos						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		12	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X					
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X		X		12	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.						
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.						
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X		X		12	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X		X		12	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.						
C.	Regulamentos e Códigos						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		13	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		13	
D.	Sítio de Internet						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		17	
VI	Remunerações						



Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
A. Competência para a Determinação							
Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X				X		
B. Comissão de Fixação de Remunera.							
Composição.							N.A.
C. Estrutura das Remunerações							
1. Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X			X		18	
2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X			X		18	
3. Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X			X		18	
4. Diferimento do pagamento da componente variável.							N.A.
5. Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.							N.A.
6. Regimes complementares de pensões.							N.A.
D. Divulgação das Remunerações							
1. Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X			X		18	
2. Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.							N.A.
3. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.							N.A.
4. Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.							N.A.
5. Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	X			X		18	
6. Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.							N.A.
VII Transações com partes Relacionadas e Outras							
1. Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.							N.A.
2. Informação sobre outras transações.	X			X		19	
VIII Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental							
1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X				X		Não foram fixadas Metas
2. Políticas prosseguidas.	X				X		
3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:	X				X		

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
	a) Responsabilidade social						
	b) Responsabilidade ambiental						
	c) Responsabilidade económica.						
IX	Avaliação do Governo Societário						
1.	Cumprimento das Recomendações					N.A.	Não existem recomendações
2.	Outras informações						

[illegible]